



FOLHA Nº 02
DATA 20/05/18
PROCESSO Nº 347/2018
PROTÓCOLO CMRG

Câmara Municipal de Baixo Guandu

RECOMENDAÇÃO Nº 003/2018

AUTOR	Controladoria Geral
DESTINATÁRIO	Presidência
ASSUNTO	Publicações de Leis, coletânea das Instruções Normativas

ADRIANA SILVA SANTANA DE PAULA, Controladora Geral deste Poder Legislativo, no exercício de suas atribuições, expede o que segue:

CONSIDERANDO que a missão da Unidade Controladoria Geral do Poder Legislativo Municipal visa assegurar, entre outros pontos, a estrita observância dos princípios norteadores da Administração Pública, mediante ações preventivas de orientação, fiscalização e avaliação de resultados;

CONSIDERANDO que à Administração Pública cabe obedecer aos princípios da impessoalidade, legalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Art. 37, da CF);

CONSIDERANDO o Termo de Notificação recebido nesta Casa de Leis protocolado sob nº849/2017, referente à determinação constado item 2 do Acórdão TC-471/2017 - Plenário, prolatado nos autos do Processo TC-3367/2016 do TCE-ES (Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo) que versa sobre Fiscalização-Levantamento.

Resolve **RECOMENDAR**, com base na notificação exarada pela honrada Corte do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, por meio do Acórdão TC-471/2017-Plenário, prolatado nos autos do processo TC-3367/2016, que o Exmº Senhor Presidente desta Casa de Leis, juntamente com sua equipe, façam um PA (Plano de Ação) com objetivo de elaborar com devido versionamento, a consolidação e compilação das Leis Municipais, contendo um prazo razoável e exequível, bem com o fim de atender a **Determinação** imposta pelo TCE-ES, e dar publicidade da forma exigida.

Ante o exposto, venho **RECOMENDAR** e deixar devidamente alertado que as Unidades Administrativas desta Casa de


Adriana S. Santana de Paul

Controladora Geral



Câmara Municipal de Baixo Guandu

Leis, devem seguir o mesmo liame, devendo concomitante com a Unidade de Controladoria Geral, revisar as Instruções Normativas existentes, bem como providenciar a elaboração de novas versões para preencher uma possível lacuna ou afastar entendimento dubio.


Cumprindo desta feita, todos os procedimentos necessários para atender a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Baixo Guandu, tomando medidas concretas que devem ser adotadas com vistas a dar total cumprimento à determinação feita no referido Acórdão, que esta Controladoria considera ser imperioso para este Poder Legislativo cumprir tais pendências, devendo Exmº Sr.º Presidente exigir o cumprimento de tais deliberações, nos exatos termos em que foram proferidas.

Ressalta-se ainda, que a consolidação das leis municipais tem valor indubitável, não apenas para administração pública, mas também para toda sociedade, já que auxiliam os servidores em seus trabalhos rotineiros, os vereadores em suas funções constitucionais, e ainda, facilita o acesso e conhecimento efetivo da legislação pelos munícipes, fortalecendo ainda mais a transparência pública, bem como a segurança jurídica ao consultar a legislação municipal, possibilitando saber realmente qual legislação está em vigor e qual já foi superada por novas leis, lembrando que muitas leis tiveram dezenas de alterações ao longo de suas publicações.

Por fim, com o versionamento da consolidação e compilação das leis, toda legislação estará atualizada com suas respectivas mudanças, de forma a dar total acessibilidade pública, em atenção ao Art.6º da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação-LAI).

À apreciação superior.

Câmara Municipal de Baixo Guandu/ES, 21 de maio de 2018.


ADRIANA SILVA SANTANA DE PAULA
Controladora Geral

FOLHA Nº 03
DATA 21/05/18
PROCESSO Nº 347/2018
PROTÓCOLO CMBG